

**CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO
E ARBITRAGEM CIESP/FIESP**

PROCEDIMENTO ARBITRAL CMA 829

ÁGUAS DE JAHU S.A.

REQUERENTE

— VS. —

MUNICÍPIO DE JAHU

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE JAHU

REQUERIDOS

RÉPLICA

31 de janeiro de 2025

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	2
II.	A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL	4
II.A.	A ARBITRABILIDADE OBJETIVA DA DISPUTA: DIREITOS DISPONÍVEIS.....	5
I.	A ARBITRABILIDADE DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO 5º ADITIVO CONTRATUAL.....	5
II.	A ARBITRABILIDADE DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DAS MULTAS CONTRATUAIS APLICADAS PELA SAEMJA.....	8
II.B.	INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA	16
II.C.	IMPOSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA..	18
III.	CORTINA DE FUMAÇA: JUSTIFICATIVAS INVERDÍDICAS PARA A LEGALIDADE DO 5º ADITIVO CONTRATUAL.....	22
III.A.	INEXISTÊNCIA DE ANUNÊNCIA TÁCITA DA ÁGUAS DE JAHU COM O 5º ADITIVO CONTRATUAL	23
III.B.	IMPOSSIBILIDADE DE O INTERESSE PÚBLICO VIOLAR O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ...	27
IV.	AUSÊNCIA DE IMPUTAÇÃO DE MÁ-FÉ AOS REQUERIDOS PELA REQUERENTE	31
V.	PEDIDO CONTRAPOSTO EXTEMPORÂNEO	32
V.A.	PEDIDO CONTRAPOSTO FORA DA JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL	32
V.B.	PEDIDO CONTRAPOSTO VAGO, NEBULOSO E IMPRECISO.....	35
VI.	CONCLUSÃO	39

1. Em observância ao Calendário Provisório fixado no item 11.2.1 do Termo de Arbitragem, a Águas de Jahu S.A. (“ÁGUAS DE JAHU” ou “REQUERENTE”) submete sua RÉPLICA relativa à primeira fase desta arbitragem, restrita à análise do pedido constante do item 5.4.9.a do Termo de Arbitragem (PRIMEIRA FASE DA ARBITRAGEM).

I. INTRODUÇÃO

2. A RESPOSTA dos REQUERIDOS busca confundir o Tribunal Arbitral com questões laterais à resolução da controvérsia e não enfrenta, de forma objetiva e direta, os fundamentos das ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE.

3. O Município de Jahu (“MUNICÍPIO”) e o SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE JAHU (“SAEMJA”) iniciam sua RESPOSTA com a seguinte afirmação falaciosa: *“ao longo de 2023, a discussão sobre o Quinto Aditivo permaneceu suspensa, enquanto a Requerente, ao praticar diversas irregularidades contrárias ao Contrato de Concessão, recebeu um total de 12 multas de naturezas diferentes.”*¹

4. Porém, não é verdade que a discussão sobre o 5º ADITIVO CONTRATUAL ficou suspensa em 2023. Muito pelo contrário. As discussões sobre o tema permaneceram vivas até a instauração da presente arbitragem.

5. O instrumento foi celebrado unilateralmente em 22.05.23², tendo a ÁGUAS DE JAHU dele tomado ciência em 29.05.23, quando da sua publicação no Jornal Oficial do MUNICÍPIO³. Em 20.06.23, a REQUERENTE notificou os REQUERIDOS para, diante da ilegalidade do ato unilateral da Administração Pública, anular ou revogar o 5º ADITIVO CONTRATUAL, sob pena de adoção das medidas jurídicas cabíveis⁴. Em 28.06.23, o MUNICÍPIO contranotificou a ÁGUAS DE JAHU defendendo a legalidade do ato, sob o fundamento de que a cláusula compromissória do CONTRATO DE CONCESSÃO (“CLÁUSULA

¹ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §3.

² Doc. A-01.

³ Doc. A-13, pp. 30-31.

⁴ Doc. A-13, pp. 42-45.

COMPROMISSÓRIA”) “*afrontava o Princípio da Economicidade e, por consequência lógica, o amplo acesso à justiça*”⁵, de modo que a solicitação da REQUERENTE não foi atendida.

6. Diante disso, entre julho de 2023 e janeiro de 2024, a REQUERENTE avaliou as alternativas legais para a resolução da controvérsia, tendo solicitado a instauração da presente arbitragem em 01.02.24. Portanto, jamais houve aceitação – expressa ou tácita – da ilícita alteração unilateral do CONTRATO DE CONCESSÃO promovida pelos REQUERIDOS.

7. Após intimados da instauração da arbitragem, os REQUERIDOS, de forma desleal – em jurisdição obviamente incompetente –, ajuizaram ação judicial, perante o Juízo da 1ª Vara Cível do Foro de Jaú (“AÇÃO DECLARATÓRIA”), visando à suspensão deste processo arbitral, assim como a declaração de validade do 5º ADITIVO CONTRATUAL e da competência do Juízo estatal para julgar a controvérsia.

8. No entanto, não obtiveram êxito no pedido liminar⁶, e pouco depois foi proferida sentença totalmente desfavorável à tese (teratológica) dos REQUERIDOS⁷.

9. Importante também desmistificar a imagem negativa que os REQUERIDOS tentam criar da REQUERENTE, ao alegar que a ÁGUAS DE JAHU teria praticado irregularidades contratuais.

10. De início, trata-se de tema que ainda não foi objeto de decisão judicial ou arbitral, pois, como definido no item 11.2.2 do Termo de Arbitragem, será analisado na SEGUNDA FASE DA ARBITRAGEM. De todo modo, algumas das multas mencionadas pelos REQUERIDOS sequer foram objeto de decisão final no âmbito administrativo, ainda pendendo de análise recursos da REQUERENTE. Já 4 (quatro) das multas somente serão analisadas no mérito na SEGUNDA FASE DA ARBITRAGEM, quando a ÁGUAS DE JAHU demonstrará que a ilegalidade que permeia o 5º ADITIVO CONTRATUAL também está presente na aplicação das multas à REQUERENTE.

⁵ Doc. A-13, pp. 50-56.

⁶ Docs. A-05 e A-07.

⁷ Doc. A-11.

11. A verdade é que, no afã de comover esse Tribunal Arbitral com o clichê maniqueísta do “ente privado que atua em detrimento do interesse público”, os REQUERIDOS sequer se preocuparam em observar a bifurcação do procedimento estipulada no item 11.2 do Termo de Arbitragem.

12. Aliás, os REQUERIDOS desrespeitam tudo o que foi pactuado entre as Partes. *Primeiro*, a CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA, revogando-a a seu bel-prazer. *Agora*, o Termo de Arbitragem, apresentando descabida reconvenção junto à RESPOSTA, a despeito da regra de estabilização da demanda⁸.

13. O intuito de tumultuar o procedimento também levou os REQUERIDOS a deixarem de responder a uma série de argumentos apresentados pela REQUERENTE. Disso resulta um fato incontroverso: os REQUERIDOS basearam a revogação unilateral da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA em *motivos falsos ou inexistentes*, ou seja, em razão de fato viciada (cf. itens 64/65 e 95/99, abaixo) — o valor das custas em arbitragens e a ausência de instituição para administrar o procedimento na Comarca de Jaú.

14. As alegações são esdrúxulas e passa-se a responder, um a um, os argumentos dos REQUERIDOS, o que resultará na total procedência dos pedidos formulados pela REQUERENTE.

II. A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL

15. O MUNICÍPIO e a SAEMJA atacam a jurisdição do Tribunal Arbitral de duas maneiras. Primeiro, sob a ótica da arbitrabilidade objetiva. Depois, buscam flexibilizar o princípio da competência-competência. Tudo isso sob o silêncio retumbante acerca da sentença proferida na AÇÃO DECLARATÓRIA, a qual foi deferente ao princípio competência-competência⁹.

16. Embora os REQUERIDOS tenham alegado a suposta indisponibilidade da matéria objeto da presente arbitragem para justificar a revogação unilateral da CLÁUSULA

⁸ Item 5.2 do Termo de Arbitragem.

⁹ Doc. A-11.

COMPROMISSÓRIA¹⁰, a arbitrabilidade do 5º ADITIVO CONTRATUAL em nada se relaciona com a sua legalidade. Na verdade, a arbitrabilidade do referido instrumento diz respeito à competência do Tribunal Arbitral para decidir sobre sua validade. Por essa razão, a REQUERENTE tratará do referido tema de maneira relacionada à competência do Tribunal Arbitral.

II.A. A ARBITRABILIDADE OBJETIVA DA DISPUTA: DIREITOS DISPONÍVEIS

i. A ARBITRABILIDADE DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO 5º ADITIVO CONTRATUAL

17. Segundo os REQUERIDOS, *“não cabe ao juízo arbitral invalidar o ato administrativo que instituiu o Quinto Termo Aditivo, dado que a matéria tratou de direito indisponível, razão pela qual caberá somente ao Poder Judiciário decidir a respeito da (in)validade do termo”*¹¹.

18. A tese do MUNICÍPIO e da SAEMJA se fundamenta apenas no *“princípio da indisponibilidade do interesse público”*¹². *Tout court*.

19. Conforme já exposto nas ALEGAÇÕES INICIAIS¹³, embora não se discuta caber à Administração Pública zelar pelo interesse público, os efeitos patrimoniais de tais questões são plenamente arbitráveis. E isso não deveria ser surpresa para os REQUERIDOS, pois os direitos patrimoniais disponíveis, previstos no art. 1º, §1º, da Lei nº 9.307/96, são aqueles passíveis de valoração econômica, conforme ensina a doutrina:

“O critério da patrimonialidade, adotado nos ordenamentos jurídicos de Suíça, Alemanha e Bélgica, é reconhecidamente o critério mais avançado de definição da arbitrabilidade objetiva.

(...)

Segundo este critério, apenas direitos ou interesses de caráter não patrimonial estariam afastados da possibilidade de submissão à

¹⁰ “Isso posto, tendo em vista a anuência tácita da Requerente e em virtude de tratar-se de direito indisponível, não há que se falar em ilegalidade da revogação unilateral da cláusula compromissória.” (RESPOSTA dos REQUERIDOS, §13 – grifou-se).

¹¹ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §8.

¹² RESPOSTA dos REQUERIDOS, §9.

¹³ ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §§41/53.

arbitragem, tal como os direitos da personalidade, o estado civil das pessoas e, em regra, as controvérsias atinentes às relações familiares de natureza pessoal. Observe-se, em relação aos direitos da personalidade – nome, honra, imagem –, que as decorrências patrimoniais desses direitos são plenamente arbitráveis, por exemplo, uma demanda em que se pretenda indenização por danos morais por violação à honra objetiva de determinada pessoa física ou jurídica, bem como, v.g., uma ação de ressarcimento pela violação de um contrato de cessão de uso de imagem. O que não é possível é, por exemplo, submeter uma demanda de alteração do nome civil de determinado cidadão à arbitragem.”¹⁴

* * *

“Quanto à arbitrabilidade objetiva, a solução arbitral somente pode envolver os litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Assim, somente direitos passíveis de conversão monetária e de livre disposição pelos interessados podem ser submetidos à arbitragem.”¹⁵

20. Ninguém disputa que todas as decisões da Administração Pública devem ser pautadas pelo interesse público. Contudo, não se pode permitir que o interesse público se torne a resposta pronta com a qual a Administração Pública possa sempre se esquivar da jurisdição arbitral. Afinal, *“o árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a homologação do Poder Judiciário”* (art. 18 da Lei nº 9.307/96), estando qualquer ato administrativo sujeito a controle e revisão jurisdicional (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal).

21. Ainda nesse particular, a Lei nº 13.129/15 foi promulgada justamente para reiterar a arbitrabilidade de matérias sujeitas à Administração Pública, já afirmada na doutrina e jurisprudência. Destarte, o acolhimento de impugnações de jurisdição baseadas tão-somente no “interesse público” — conceito jurídico indeterminado — seria verdadeira contradição com a prática arbitral no Brasil, além de negativa de vigência do direito aplicável à disputa, tudo isso em detrimento, ainda, do art. 20 do Decreto-Lei nº 4.657/42 (“LINDB”), segundo o qual *“Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.”* (grifou-se).

¹⁴ JOSÉ ANTONIO FICHTNER, SERGIO NELSON MANNHEIMER, ANDRÉ L. MONTEIRO. Teoria Geral da Arbitragem, Rio de Janeiro: Forense, 1ª ed., 2018, p. 240 – grifou-se.

¹⁵ GUSTAVO DA R. SCHMIDT, DANIEL B. FERREIRA, RAFAEL CARVALHO R. OLIVEIRA. Comentários à Lei de Arbitragem, Rio de Janeiro: Método, 1ª ed., 2021 p. 30 – grifou-se.

22. Não à toa, aliás, que litígios centrados na validade de cláusulas compromissórias celebradas pela Administração Pública são sempre considerados arbitráveis pela doutrina¹⁶. E o fato de uma cláusula compromissória ter sido inserida em um contrato de valor histórico R\$ 163.730.000,00 (cento e sessenta e três milhões e setecentos e trinta mil reais)¹⁷ é a maior evidência da possibilidade de valoração econômica da decisão unilateral da Administração Pública de modificar o método de resolução de conflitos eleito para o CONTRATO DE CONCESSÃO.

23. Em contratos de vulto, a parte considera nas negociações todas as cláusulas presentes no contrato. No presente caso, desde a primeira minuta contratual que acompanhou o edital da Concorrência Pública Nacional nº 5/2014 já se previa a arbitragem como a via a ser adotada para dirimir eventuais conflitos entre as Partes¹⁸. A ÁGUAS DE JAHU não propôs modificações a essa cláusula, de modo que, para tanto, precificou essa previsão contratual e considerou as vantagens e riscos atrelados à arbitragem na elaboração dos demais elementos de sua proposta.

24. A doutrina frequentemente se debruça sobre a relação intrínseca entre os métodos de resolução de conflitos e a redução de custos de transação de um negócio jurídico¹⁹. A inclusão e posterior retirada da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA, *in casu*, repercutiu economicamente no CONTRATO DE CONCESSÃO, desbalanceando os riscos previamente considerados pela REQUERENTE quando da apresentação de sua proposta durante a licitação.

25. A REQUERENTE, nesse particular, para não tornar extensa esta RÉPLICA, remete à sua Manifestação de 04.10.2024, em que justificou o valor da causa, ocasião em que abordou detalhadamente a alocação de riscos e a repercussão econômica da cláusula

¹⁶ ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §49.

¹⁷ Cláusula 48.1 do CONTRATO DE CONCESSÃO: “48.1 O valor do presente CONTRATO, para todos os fins e efeitos de direito, correspondente ao somatório dos investimentos nos sistemas de abastecimento de águas e esgotamento sanitário, conforme previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, para fins do Edital e seus anexos, corresponde a R\$ 163.730.000,00 (cento e sessenta e três milhões e setecentos e trinta mil reais).” (Doc. A-02)

¹⁸ Doc. A-03.

¹⁹ ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §§45/46.

compromissória no âmbito dos contratos — cuja fundamentação passa integrar o presente capítulo para todos os fins, mediante citação *per relationem*²⁰.

26. De toda sorte, e para o que importa nessa oportunidade, é evidente a arbitrabilidade objetiva da matéria atinente à invalidade do 5º ADITIVO CONTRATUAL. A linha de defesa dos REQUERIDOS é não apenas frívola, mas profundamente equivocada à luz de conceitos e institutos há muito consolidados na prática arbitral nacional e internacional.

ii. A ARBITRABILIDADE DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DAS MULTAS CONTRATUAIS APLICADAS PELA SAEMJA

27. Os REQUERIDOS também alegam que o Tribunal Arbitral seria incompetente para julgar a validade das multas aplicadas à REQUERENTE porquanto caberia “à *agência reguladora [in casu, a SAEMJA], fiscalizar o cumprimento de obrigações previstas em lei e eventualmente punir*”, sendo que “*o juízo arbitral não tem prerrogativa para mudar a decisão administrativa, porquanto esta é oriunda dos poderes de polícia, fiscalizador e punitivo do Estado*”²¹.

28. Inicialmente, veja-se que os REQUERIDOS veiculam matéria que apenas será discutida e examinada na SEGUNDA FASE DA ARBITRAGEM, sendo, portanto, inoportuno e extemporâneo tal debate nesse momento. Ou seja, a RÉPLICA poderia encerrar-se por aqui.

29. De toda sorte — e como será detalhado na SEGUNDA FASE DA ARBITRAGEM — a situação, *in casu*, é totalmente distinta daquela narrada pelos REQUERIDOS. As multas cuja exigibilidade a ÁGUAS DE JAHU questiona decorrem de previsão CONTRATUAL. Além disso, a **INAFESTABILIDADE DA JURISDIÇÃO** assegura a revisão dos citados atos

²⁰ Também chamada citação aliunde ou fundamentação por referência ou por remissão: F.CAMMEO, Gli atti amministrativi e l'obbligo di motivazione, in Giur.it., 1908, III, 253, C.M.JACCARINO, Studi sulla motivazione, con particolare riguardo agli atti amministrativi, Roma, 1933, R. JUSO, Trattati caratteristici della giurisprudenza sulla motivazione degli atti amministrativi, in Riv. trim. dir. pubbl., 1959, p. 661, M.RIVALTA, La motivazione degli atti amministrativi in relazione al pubblico e al privato interesse, Milano, 1960, L.VANDELLI, Osservazioni sull'obbligo di motivazione degli atti amministrativi, in Riv. trim. dir. proc. civ., 1973, p. 1595.

²¹ Termo de Arbitragem, item 5.5.28 – grifou-se.

administrativos (multas), não prevalecendo a decisão administrativa sobre a avaliação jurisdicional (arbitral).

30. Conforme se depreende dos autos de infração lavrados pela SAEMJA contra a ÁGUAS DE JAHU, as penalidades – *in casu*, multas – são apoiadas na cláusula 37.5.c do CONTRATO DE CONCESSÃO²². Nesse sentido, confira-se o fundamento das penalidades aplicadas por meio dos Autos de Infração objeto da presente disputa:

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 001/2023²³

4. DISPOSITIVOS LEGAIS, REGULAMENTARES OU CONTRATUAIS INFRINGIDOS E ENQUADRAMENTO DAS PENALIDADES Cláusula 27, itens 27.2, 27.3 E 26, 1, “m” e 26.1, q, do Contrato. Item 1.1.1, 3.3.4.1, 3.3.4.2, 3.3.4.3, 3.3.4.4, 3.3.4.5, 3.3.4.6, 3.3.4.6.1, 3.3.4.6.2, 3.4, 3.4.1, 3.4.5, 3.4.5.1, 3.4.5.2, 3.4.5.3, 3.4.5.4, 3.4.5.4.1, 3.4.5.4.2, 3.6.3 da Proposta Técnica.	PENALIDADE: Multa (02 FISCALIZAÇÕES ONDE SE CONSTATOU INFRAÇÃO E REINCIDÊNCIA).
5. PRAZO PARA RECOLHIMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA: 30 dias	
6. INSTRUÇÕES PARA RECOLHIMENTO DA MULTA: Pagamento via transação bancária com base na cláusula 37.5, alínea C .	

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 002/2023²⁴

DAS PENALIDADES.- As infrações praticadas pela concessionária Águas de Jahu tem natureza grave. Com efeito, a empresa cobra o valor da competência e não faz o desconto do período de abastecimento. Não fazendo a apuração do valor indevido pelo usuário, está tendo benefício, pois ganha sem ter ofertado o produto. Do mesmo modo, se oferece água barrenta que é inútil ao consumo, não pode cobrar pelo período que o usuário ficou recebendo a água nessa situação. E no caso, ressalta-se novamente, não temos um ou dois usuários, foram 44 bairros os afetados (informado pela própria concessionária), além dos acima identificados que sofreram por mais de um dia com a falta/inadequação do abastecimento. A falta de aviso pela concessionária da falta de abastecimento também é infração grave, pois contribui para a geração de benefício a concessionária, impedindo que o usuário se prepare ou peça abastecimento de emergência pela concessionária. Nesse sentido, foram inúmeros os prejuízos relatados pelos usuários a essa ouvidoria. A cláusula 37, item 37.1, traz as penalidades aplicáveis, dentre elas a multa (item b). Portanto, no caso, o auto de infração tem o objetivo de aplicar multa, nos termos da cláusula 37, item 37.5, alínea c. O item 37.2 traz a gradação das penalidades a serem aplicadas e no presente caso, deve-se observar o item c.2, tendo em vista o benefício direto/indireto que a concessionária aufer, cobrando pelo que não forneceu ou forneceu, mas de forma inadequada (água barrenta). Pelo fato do presente auto de infração constatar 02 (duas) infrações consideradas graves, aplica-se uma multa para cada infração. Salienta-se que é permitido a apuração em um único auto mais de uma infração, conforme o previsto no item 37.13 (37.13 do contrato: A prática de duas ou mais infrações pela CONCESSIONÁRIA poderá ser aplicada no mesmo auto de infração).

²² “37.5. Sem prejuízo das demais sanções de multa ou parâmetros para tais sanções estabelecidos na regulamentação, a CONCESSIONÁRIA se sujeitará às seguintes multas:
[...]

c) por irregularidade na prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, multa, por infração, de 0,1% do valor total das TARIFAS arrecadadas no mês de ocorrência da infração;” (Doc. A-02)

²³ Doc. A-16 – grifou-se.

²⁴ Doc. A-17 – grifou-se.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 005/2023²⁵

DAS PENALIDADES.-

As infrações praticadas pela concessionária Águas de Jahu acima descritas tem natureza grave (cláusula 37, 37.2, c.2).

Com efeito, as infrações geram benefícios à concessionária, pois ela economiza, deixa de gastar na apresentação de projetos e na realização de todos os trâmites legais para a execução de obras junto a agência reguladora e ao poder concedente.

A cláusula 37, item 37.1, traz as penalidades aplicáveis, dentre elas a multa (item b). Portanto, no caso, **o auto de infração tem o objetivo de aplicar multa, nos termos da cláusula 37, item 37.5, alínea c.**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 006/2023²⁶

DAS PENALIDADES.-

As infrações praticadas pela concessionária Águas de Jahu tem natureza grave (cláusula 37, 37.2, c.2)

A falta de manutenção e monitoramento implicam na economia de gastos.

A cláusula 37, item 37.1, traz as penalidades aplicáveis, dentre elas a multa (item b). Portanto, no caso, **o auto de infração tem o objetivo de aplicar multa, nos termos da cláusula 37, item 37.5, alínea c.**

31. Essa circunstância fica ainda mais evidente pelo fato de que, por meio da cláusula 51.4 do CONTRATO DE CONCESSÃO, as Partes declararam que os direitos deste instrumento são patrimoniais disponíveis, não cabendo qualquer dúvida sobre a arbitralidade objetiva na espécie:

“51.4. Observado o disposto na Cláusula 56, a CONCESSIONÁRIA, o CONCEDENTE e a ENTIDADE REGULADORA SAEMJA, para os efeitos deste CONTRATO e de sua interpretação pelas autoridades julgadoras, expressamente declaram que os direitos decorrentes deste CONTRATO são patrimoniais disponíveis, e obrigam-se, expressamente, a vincular-se ao procedimento arbitral, renunciando, expressamente ao direito de alegar perante qualquer juízo ou instância a impossibilidade de participar em procedimento arbitral ou de cumprir sentença arbitral.”²⁷

32. Não bastasse isso, a doutrina é clara ao defender a arbitralidade de prerrogativas contratuais como as multas, previstas na cláusula 37.1.b²⁸ e 37.5 do CONTRATO DE CONCESSÃO:

²⁵ Doc. A-18 – grifou-se.

²⁶ Doc. A-19 – grifou-se.

²⁷ Doc. A-02 – grifou-se.

²⁸ “CLÁUSULA 37 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

37.1. A falta de cumprimento, por parte da CONCESSIONÁRIA, de qualquer Cláusula ou condição deste CONTRATO e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas do CONTRATO, ensejará aplicação, pela ENTIDADE REGULADORA SAEMJA, das seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, nos termos da legislação aplicável:

a) advertência;

b) multa;

“O contrato administrativo pode estabelecer sanções por seu atraso e inexecução, total ou parcial. Trata-se, nesse caso, de sanção de natureza contratual e, assim sendo, plenamente submetida à competência do árbitro, conforme estabeleça a convenção arbitral. Tanto assim, que a própria Lei de Licitações (Lei 8.666/93) estabelece a aplicação desse tipo de sanção ‘na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato’, a realçar, de qualquer modo, sua natureza contratual.

[...]

Dessa forma, para fins de arbitrabilidade, é preciso discernir entre a sanção exclusivamente contratual daquelas que constituem infração administrativa inserindo-se, portanto, na esfera do poder de polícia da Administração. A sanção da primeira espécie, em razão de ser aplicada dentro do escopo do contrato, mostra-se sujeita a eventual impugnação perante o júízo arbitral. Contrariamente, as da segunda espécie, por constituírem infração administrativa, pertencem a um âmbito de indisponibilidade normativa da Administração, não podendo incluir-se no objeto do contrato e dentro dos limites da convenção de arbitragem.”²⁹

* * *

“[...] diante de sanções pecuniárias derivadas de inadimplemento contratual, torna-se lógica sua inserção entre os temas passíveis de discussão e resolução via arbitragem.”³⁰

* * *

“Outra questão, contudo, é vista quando a punição é prevista contratualmente. Para esses casos, como defende parte da doutrina, ainda que prevista em lei, a punição consubstancia uma prerrogativa contratual e, nesse contexto, tem caráter patrimonial disponível, podendo ser questionada pela via arbitral.”³¹

* * *

“Um exemplo didático sobre isso se encontra na aplicação de penalidades legais e contratuais em contrato de concessão de serviço público.

-
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; e
 - e) caducidade do CONTRATO” (Doc. A-02 - grifou-se)

²⁹ CARLOS ALBERTO DE SALLES. Arbitragem em contratos administrativos. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 265-266 – grifou-se.

³⁰ MAYSA ABRAHÃO TAVARES VERZOLA, KAMILE MEDEIROS DO VALLE. A arbitrabilidade da sanção administrativa, Revista Brasileira de Arbitragem, vol. XVI, n. 64, p. 44 – grifou-se.

³¹ LUÍS ROBERTO CORDEIRO GUERRA. As agências reguladoras e a arbitragem: uma alternativa às divergências setoriais. Revista Digital de Direito Administrativo, vol. 6, n. 2, 2019, p. 90 – grifou-se.

As penalidades contratuais são, em regra, arbitráveis; mesmo que se admita, para fins de debate, que a Administração Pública tenha certo poder de polícia em fiscalizar o cumprimento contratual, isso não suprime a natureza convencional da sanção. Nesse contexto, **negar a arbitralidade da penalidade contratual implicaria em desequilibrar o pêndulo em desfavor do ente privado, como se pudesse aplicar o contrato unilateralmente, o que não faria sentido, nas hipóteses em que o legislador autorizou arbitragem.**³²

33. A REQUERENTE não discorda da passagem da obra de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, destacada pelos REQUERIDOS no item 18 da RESPOSTA. De fato, a Administração Pública “*não pode deixar de punir quando constate a prática de ilícito administrativo*”³³. Contudo, a citação genérica não tem pertinência alguma. Afinal, as punições aplicadas pela Administração Pública sujeitam-se ao controle de legalidade (*lato sensu*), como corolário do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, sob pena de se estabelecer a tirania.

34. De modo a reforçar a debilidade do argumento dos REQUERIDOS, cabe também mencionar ainda o art. 31, §4º, III, da Lei nº 13.448/2017. Embora tal norma estabeleça diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria os setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, dela consta a *ratio* atinente à arbitralidade objetiva. Consoante o citado dispositivo, consideram-se controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis “*o inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das partes*”.

35. Daí porque, na visão de MARÇAL JUSTEN FILHO, “**é evidente que a regra afastou a impugnação à arbitralidade dos temas referidos.** *Afinal, não teria cabimento argumentar que recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo envolveria direito disponível apenas naqueles contratos subordinados à Lei 13.448/2017. Essa disciplina aplica-se amplamente a todo e qualquer contrato administrativo.”³⁴*

³² JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ, MARIA CLARA BARROS MOTA. Arbitragem na Administração Pública: onde estamos e para onde vamos. In: *Mediação e Arbitragem na Administração Pública*; Antônio J. Moreira, Asdrubal F. Nascimbeni, Christiana Beyrodt, Mauricio M. Tonin (coords.), São Paulo: Almedina Brasil, 2020, pp. 86-87 – grifou-se.

³³ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §18.

³⁴ MARÇAL JUSTEN FILHO. Curso de Direito Administrativo, Rio de Janeiro: Forense, 15ª ed., 2024, p. 465 – grifou-se.

36. Ou seja, uma vez que as multas objeto da presente disputa se referem a penalidades advindas de supostos inadimplementos contratuais pela REQUERENTE, em razão de alegadas falhas na prestação dos serviços previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO, é clara a arbitrabilidade da matéria, tanto com base na Lei nº 9.307/96, como com fundamento no art. 31, §4º, III, da Lei nº 13.448/2017.

37. Por fim, como última tentativa de apoiar a ausência de arbitrabilidade objetiva, os REQUERIDOS citam ainda dois julgados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo³⁵ (“TJSP”). Contudo, tais alegações também não têm qualquer pertinência para o caso concreto.

38. A ementa do julgamento do agravo de instrumento nº 2215845-35.2015.8.26.0000 foi destacada pelo MUNICÍPIO e pela SAEMJA com o fim de argumentar que *“as cláusulas arbitrais e sua aplicação não podem funcionar como mecanismo impeditivo de a Administração Pública exercer os seus poderes”*³⁶. Por certo, não é disso que se trata a presente hipótese.

39. Os REQUERIDOS também mencionam o acórdão proferido na apelação nº *“1016607-87.2015.8.26.005”*³⁷ para afirmar que a imposição de sanções, por se tratar de prerrogativa exclusiva do Poder Público, não possui natureza arbitrável. Conquanto o número do recurso mencionado pelo MUNICÍPIO e pela SAEMJA não exista, pela descrição por eles apresentada, a REQUERENTE infere que os REQUERIDOS buscavam tratar da apelação nº 1016607-87.2015.8.26.0053. Todavia, também esse julgado é inaplicável à hipótese *sub judice*.

40. A referência feita pelos REQUERIDOS a ambos os recursos demonstra a evidente confusão criada pelo MUNICÍPIO e pela SAEMJA em relação aos objetivos – e pedidos – da REQUERENTE com a instauração da presente arbitragem.

41. O pedido deduzido pela ÁGUAS DE JAHU no item 5.4.9.b do Termo de Arbitragem visa tão somente à avaliação *a posteriori* da legalidade e da exigibilidade das multas

³⁵ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §10/12.

³⁶ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §10.

³⁷ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §12.

aplicadas pela REQUERIDA. A ÁGUAS DE JAHU não busca obter um “salvo conduto” ou ordem do Tribunal Arbitral que impeça a SAEMJA de aplicar sanções à concessionária, inclusive porque uma pretensão dessa natureza violaria expressamente as previsões contratuais.

42. Daí já se extrai distinção crucial entre o presente caso e os julgados citados pelos REQUERIDOS (agravo de instrumento nº 2215845-35.2015.8.26.0000 e a apelação nº 1016607-87.2015.8.26.0053).

43. O agravo de instrumento nº 2215845-35.2015.8.26.0000 se originou de uma ação cautelar movida pela Corsán-Corvia Construcción S/A do Brasil (“CORSÁN-CORVIA”) em face da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô (“METRÔ”) a fim de impedir a imposição de sanções por parte do METRÔ até a constituição de Tribunal Arbitral para dirimir disputa centrada em contratos administrativos celebrados por aquelas partes.

44. A tutela de urgência foi parcialmente concedida para que o METRÔ não emitisse decisão punitiva antes das decisões que adviessem no âmbito da arbitragem. O juízo estatal de 1º grau, no entanto, revogou tal decisão, ensejando a interposição do agravo de instrumento pela CORSÁN-CORVIA. O recurso foi desprovido, a fim de resguardar justamente o interesse público e a execução contratual, para permitir a sua fiscalização pelo METRÔ. Como se nota, não há semelhança alguma com o debate travado nestes autos.

45. De igual modo, na apelação nº 1016607-87.2015.8.26.0053, a Franca Expansão S.A. (“FRANCA”) buscava que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP (“SABESP”) fosse proibida de lhe imputar penalidades no âmbito do contrato de concessão por elas firmado, enquanto não fosse regularizada determinada pendência entre as partes.

46. Para tanto, a FRANCA ajuizou medida cautelar, tendo a tutela de urgência sido indeferida por decisão confirmada em sede de agravo de instrumento. Na sequência, a FRANCA instaurou procedimento arbitral e, diante disso, foi proferida sentença na ação cautelar que julgou extinto o feito, sem julgamento de mérito, determinando a remessa

dos autos ao juízo arbitral. A SABESP, então, interpôs apelação, a qual foi provida apenas porque o recurso se limitava a buscar que apelante pudesse continuar aplicando sanções³⁸ – o que não se discute no presente caso, no qual a REQUERENTE visa somente à revisão *a posteriori* da exigibilidade de sanções já aplicadas.

47. Como se vê, o pedido da ÁGUAS DE JAHU e os pedidos deduzidos pela CORSÁN-CORVIA e pela FRANCA são completamente diferentes. A REQUERENTE não busca que os REQUERIDOS sejam proibidos de aplicar sanções em sentido amplo, mas apenas pretende seja analisado se as sanções já aplicadas são exigíveis ou não, inexistindo afronta às prerrogativas da Administração Pública. A desconstituição posterior de tais sanções, pelo juízo arbitral, é plenamente possível, conforme reconhecido no acórdão do próprio agravo de instrumento nº 2215845-35.2015.8.26.0000 citado pelos REQUERIDOS:

TRECHO DO VOTO DO RELATOR: “(...) Ou seja, não se tem de impedir a requerida de exercer seu poder de polícia, pois este agir em nada obsta nem prejudica a arbitragem em si.

Exercita-se-o, portanto, embora sob fundamentação passível de revisão na arbitragem e que, revista que seja, levará à necessidade de desconstituição do quanto restar concretizado pelo poder de polícia exercitado, mas não for compatível com o que ficar decidido soberamente na arbitragem.

Tem-se, portanto, não de obstá-lo ou proibi-lo, mas de preservá-lo, porém sob condicionamento tal qual posto na decisão inicialmente proferida a fim de dar-se a correta compatibilização da arbitragem com o dever-poder de fiscalizar e sancionar de forma a que, (i) além de não se afigurarem não contraditórias as decisões a serem tomadas nem se mostre a arbitragem em si desprovida da condição de única e correta instância solucionadora dos conflitos surgidos entre as partes contratantes naquilo que pode ser dela objeto e que nos seus limites excluía própria jurisdição estatal, (ii) tampouco se afigure desprovida de adequada eficácia e eficiência o próprio poder de polícia e até mesmo os termos do contrato celebrado entre as partes que permite à contratante emitir decisões punitivas em detrimento da requerente (naturalmente, em situações por si mesmas sujeitas também à arbitragem). (...)”³⁹

³⁸ TJSP – Apelação nº 1016607-87.2015.8.26.0053, Rel. Des. MARIA LAURA DE ASSIS MOURA TAVARES, 5ª Câmara de Direito Público, j. 11.08.16 – grifou-se (Doc. A-20).

³⁹ TJSP – Agravo de Instrumento nº 2215845-35.2015.8.26.0000, Rel. Des. PONTE NETO, 8ª Câmara de Direito Público, j. 16.12.15 – grifou-se (Doc. A-21).

48. Justamente por isso, naquele caso, a revogação da tutela de urgência não impediu a remessa dos autos da ação de origem (proc. nº 1029194-44.2015.8.26.0053) ao juízo arbitral para análise do mérito da demanda:

“Vistos. Não havendo oposição da requerida, autorizo sejam remetidos os autos deste processo ao Juízo Arbitral como requerido a fls. 2.113/2.114, cessando a atuação do Poder Judiciário e anotando-se. Para tal remessa e porque cuida-se de autos digitais, autorizo aos procuradores da requerente, por meio de sua própria senha de acesso a estes autos e sob a fiscalização da requerida quanto à integridade dos autos, que gerem arquivo PDF destes mesmos autos e, salvando-o em mídia própria (CD, pen drive, hd externo ou equivalente), dê-lhe o destino referido (Tribunal Arbitral). Int.”⁴⁰

49. Assim, bem vistas as coisas, os precedentes citados pelos REQUERIDOS apenas corroboram a improcedência da sua tese, sendo inquestionável a arbitrabilidade da matéria

50. No mais, lembre-se que o pedido apresentado pela ÁGUAS DE JAHU para que sejam declaradas ilegais e inexigíveis as multas aplicadas pela SAEMJA referentes aos Autos de Infração nºs 001/2023, 002/2023, 005/2023 e 006/2023, com a condenação dos REQUERIDOS a restituir os valores pagos pela ÁGUAS DE JAHU a esse título, dizem respeito a apenas 1 (um) de 3 (três) pedidos formulados pela REQUERENTE.

51. Portanto, caso, por absurdo, o Tribunal Arbitral entenda inarbitráveis questões atinentes ao pedido apresentado no item 5.4.9.b (*quod non!*), o procedimento arbitral permanecerá hígido em relação às demais pretensões referentes à declaração de nulidade do 5º ADITIVO CONTRATUAL, inexistindo qualquer óbice à continuidade da PRIMEIRA FASE DA ARBITRAGEM.

II.B. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA

52. Em nova impropriedade conceitual, os REQUERIDOS apontam suposta “competência do Poder Judiciário para julgamento de possível conflito de competência

⁴⁰ Doc. A-22.

existente entre o Juízo arbitral e o órgão do Poder Judiciário"⁴¹. Ocorre que, até o presente momento, inexistente conflito algum.

53. Conforme exposto, o juízo estatal reconheceu na AÇÃO DECLARATÓRIA a competência juízo arbitral para analisar a validade do 5º ADITIVO CONTRATUAL e, então, decidir sobre sua competência para dirimir a disputa referente às multas aplicadas à ÁGUAS DE JAHU (cf. itens 7/8, acima).

54. O Tribunal Arbitral, por sua vez, não proferiu decisão alguma acerca de sua competência. As Partes ainda estão apresentando suas manifestações escritas. Apenas quando proferida sentença arbitral (ou caso haja alguma deliberação prévia a esse respeito, em sentença parcial) que se saberá se haverá ou não um conflito de competência.

55. Por essa razão, diferentemente do mencionado pelos REQUERIDOS, o prosseguimento da presente arbitragem não gera qualquer prejuízo ao interesse público, o que já foi reconhecido pela sentença da AÇÃO DECLARATÓRIA:

"Vemos que, no caso dos autos, o princípio da autotutela, tão celebrado no Direito Administrativo, encontra óbice em outro princípio, não menos importante em nosso ordenamento jurídico, a saber, no princípio da competência-competência, sobretudo em se tratando de cláusula compromissória, em que vige a autonomia da convenção de arbitragem (art. 8º, "caput", da Lei de Arbitragem), daí porque não é dada a Administração Pública a anulação unilateral da cláusula que estipulou a convenção de arbitragem celebrada em contrato administrativo.

Desta feita, em atenção da regra do art. 8º e do art. 20 da Lei nº 9.307/96, bem ainda ao comando legal insculpido no artigo 23-A, da Lei 8.987/95, não é possível que o Poder Judiciário analise a validade e aplicabilidade da cláusula arbitral ao caso, ao menos de forma antecedente ao enfrentamento da questão pelo Tribunal Arbitral."⁴²

56. Não há dúvidas de que o órgão competente para julgar eventual conflito de competência será o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") caso o Tribunal Arbitral se declare incompetente em razão da validade do 5º ADITIVO CONTRTUAL (*quod non*). A

⁴¹ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §32.

⁴² Doc. A-11 – grifou-se.

própria REQUERENTE já expressou sua concordância com a referida hipótese nas suas ALEGAÇÕES INICIAIS⁴³. Porém, essa situação não ocorreu (e, por certo, não ocorrerá, dada a fragilidade dos argumentos dos REQUERIDOS).

57. Não bastasse isso, o julgado citado pelo MUNICÍPIO e pela SAEMJA para demonstrar que eventual decisão sobre conflito de competência caberia ao Poder Judiciário tem um pano de fundo fático complemente distinto do presente caso⁴⁴ — sendo, portanto, claramente inaplicável.

58. No Conflito de Competência nº 184.495/SP, houve um conflito *positivo* de competência. Ou seja, tanto o juízo estatal quanto o juízo arbitral se declararam competentes para decidir sobre a matéria objeto daquela disputa. Já no presente procedimento, o juízo estatal se declarou incompetente, enquanto o juízo arbitral nada manifestou por ora tendo, *prima facie*, tramitado a arbitragem para colher as manifestações das Partes.

59. Portanto, a posição dos REQUERIDOS favorável à submissão de conflito de competência ao Judiciário em nada se relaciona com as circunstâncias fáticas aqui presentes.

II.C. IMPOSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA

60. Os REQUERIDOS argumentam que estar-se-ia diante de caso passível de flexibilização do princípio da competência-competência, em razão (i) do princípio da economicidade e (ii) do princípio da autotutela.

61. Quanto à economicidade, o MUNICÍPIO e a SAEMJA mencionam que “*em fevereiro de 2024, a Câmara Arbitral notificou o Município de Jahu para que, entre*

⁴³ “Ainda que assim não fosse, é pacífico que a competência primária para analisar se existem vícios na convenção arbitral é do Tribunal Arbitral, sendo impossível e precoce a submissão do tema ao Poder Judiciário – o que já foi corroborado pelo Juízo da 1ª Vara Cível do Foro de Jaú na sentença terminativa prolatada na AÇÃO DECLARATÓRIA. **Se o Tribunal Arbitral decidir que não possui competência, a disputa será remetida ao Juízo estatal**. De outro lado, caso o Tribunal Arbitral entenda pela sua competência, a jurisdição arbitral permanecerá hígida, com ensina a doutrina especializada (...)” (ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §32 – grifou-se)

⁴⁴ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §30.

*outros encargos, efetuasse o recolhimento do valor de R\$ 211.750,00 (duzentos e onze mil e setecentos e cinquenta reais) para iniciar o procedimento arbitral*⁴⁵.

62. A afirmação surpreende a REQUERENTE pelo cinismo.

63. Como bem destacou o acórdão do julgamento do agravo de instrumento nº 2042265-46.2024.8.26.0000 ("AGRAVO DE INSTRUMENTO"), interposto pelos REQUERIDOS contra a decisão da AÇÃO DECLARATÓRIA que indeferiu a liminar por eles pleiteada, "[o] pagamento das custas indicadas pela Câmara de Arbitragem **não é suficiente para abalar as finanças de um município com o porte de Jaú**"⁴⁶. No mesmo sentido, destacou a sentença em 1º grau: "*o valor estipulado para a instauração do Juízo Arbitral, no importe de R\$ 105.875,00 (cento e cinco mil oitocentos e oitenta e cinco reais) **não se afigura exorbitante, a considerar o porte do Município de Jaú e dada a natureza do contrato***"⁴⁷.

64. Ademais, os **R\$ 211.750,00** (duzentos e onze mil e setecentos e cinquenta reais) gastos pelos REQUERIDOS com o presente procedimento corresponderam a **apenas 0,032%** do orçamento de **R\$ 651.075.101,00** (seiscentos e cinquenta e um milhões, setenta e cinco mil e cento e um reais) do MUNICÍPIO para 2024⁴⁸. Isso, por certo, não tem o condão de abalar as finanças públicas.

65. Diga-se, ainda, que os REQUERIDOS assentiram com o regulamento de arbitragem e com as custas do procedimento no CONTRATO DE CONCESSÃO, cientes das despesas inerentes a eventual disputa relacionados a um negócio jurídico de valor global **histórico de R\$ 163.730.000,00** (cento e sessenta e três milhões e setecentos e trinta mil reais)⁴⁹. Não se pode admitir que, tempos depois, questionem o custo do procedimento.

⁴⁵ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §37.

⁴⁶ Doc. A-07 – grifou-se.

⁴⁷ Doc. A-11 – grifou-se.

⁴⁸ Doc. A-23 – grifou-se.

⁴⁹ Cláusula 48.1 do CONTRATO DE CONCESSÃO: "48.1 O valor do presente CONTRATO, para todos os fins e efeitos de direito, correspondente ao somatório dos investimentos nos sistemas de abastecimento de águas e esgotamento sanitário, conforme previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, para fins do Edital e seus anexos, corresponde a R\$ 163.730.000,00 (cento e sessenta e três milhões e setecentos e trinta mil reais)." (Doc. A-02)

66. Já com relação ao princípio da autotutela, argumentam os REQUERIDOS que “[e]sse princípio garante maior eficiência e legalidade à atuação administrativa, permitindo que a administração corrija suas decisões internamente para melhor atender ao interesse público”⁵⁰. A alegação, porém, desvirtua por completo o instituto, e não convence sequer os mais incautos.

67. Não há dúvidas de que a Administração Pública pode declarar nulos os seus próprios atos, conforme preveem as Súmulas nºs 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (“STF”)⁵¹. Mas é disso que se trata a questão em disputa. Afinal, não cabe *apenas* à Administração Pública a análise da validade dos seus atos. A jurisdição – seja ela estatal ou arbitral – pode, sem óbice algum, examinar e revogar atos administrativos, em observância ao princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal).

68. Nas palavras de FREDIE DIDIER, “[e]ste princípio não se dirige apenas ao Legislativo - impedido de suprimir ou restringir o direito à apreciação jurisdicional -, mas também a todos quantos desejem assim proceder, pois, se a lei não pode, nenhum ato ou autoridade de menor hierarquia poderá excluir algo da apreciação do Poder judiciário”⁵². Na mesma linha, destaca LUIZ GUILHERME MARINONI:

“O direito de acesso à jurisdição – visto como direito do autor e do réu – é um direito de utilização de uma prestação estatal imprescindível para a efetiva participação do cidadão na vida social, e assim não pode ser visto como um direito formal e abstrato – ou como um simples direito de propor ação e de apresentar defesa – indiferente aos obstáculos sociais que possam inviabilizar o seu efetivo exercício. A questão do acesso à justiça, portanto, propõe a problematização do direito de ir a juízo – seja para pedir tutela do direito, seja para se defender – a partir da ideia de

⁵⁰ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §33.

⁵¹ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §34.

⁵² FREDIE DIDIER JR. Direito à inafastabilidade do poder judiciário. Salvador: Revista Jurídica Unifacs, 2004, p. 06 – grifou-se.

No mesmo sentido: “O inc. XXXV do art. 5º da Constituição, antes interpretado como portador somente da garantia da ação, tem o significado político de pôr sob controle dos órgãos da jurisdição todas as crises jurídicas capazes de gerar estados de insatisfação às pessoas e, portanto, o sentimento de infelicidade por pretenderem e não terem outro meio de obter determinado bem da vida. Esse dispositivo não se traduz em garantia do mero ingresso em juízo ou somente do julgamento das pretensões trazidas, mas da própria tutela jurisdicional a quem tiver razão” (Cândido Rangel Dinamarco. Instituições de Direito Processual Civil, São Paulo: Malheiros, 3ªed., 2003, p. 198 – grifou-se)

que obstáculos econômicos e sociais não podem impedir o acesso à jurisdição, já que isso negaria o direito de usufruir de uma prestação social indispensável para o cidadão viver harmonicamente na sociedade”⁵³

69. A jurisprudência é iterativa ao reconhecer que a via administrativa, em nenhuma medida, exclui a possibilidade de pleitear-se o direito infringido pela via jurisdicional. Confira-se:

“ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ABONO REFEIÇÃO. INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte de que o esgotamento da instância administrativa não é condição para o ingresso na via judicial.

2. Agravo Regimental do MUNICÍPIO DE NITERÓI desprovido.”⁵⁴

* * *

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO COM BASE EM SUPOSTA AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. APLICAÇÃO PELO JUÍZO A QUO DO ENUNCIADO DOUTRINÁRIO Nº 108 DO CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES DO TJERJ. PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL. ART. 1.071, DO NCPC E ART. 261-A DA LEI DE REGISTROS PUBLICOS (N. 6.015/73). FACULDADE DO AUTOR PELA VIA ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL. PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. 1. O nosso sistema consagrou constitucionalmente o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, não sendo possível retirar do crivo do controle jurisdicional nenhuma lesão ou ameaça a direito. Artigo 5º, XXXV da Constituição da República 2. Com efeito, os direitos e garantias individuais devem ser interpretados de maneira ampla, sendo correto afirmar que nenhuma norma infraconstitucional pode condicionar a apreciação da demanda pelo Poder Judiciário ao prévio esgotamento da via administrativa. 3. O artigo 1.071 do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), acrescentou o artigo 216-A à Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), instituindo o procedimento do pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião. 4. A inovação trazida pela legislação não busca inviabilizar ou dificultar o acesso à jurisdição, mas, ao contrário, traz opção ao interessado em optar pela via administrativa, tornando-a possível. 5. Importante destacar que o próprio dispositivo legal expressamente ressalta que a disposição da via

⁵³ LUIZ GUILHERME MARINONI. Teoria Geral do Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, 5ª ed., 2011, p. 316.

⁵⁴ STJ – AgRg no AREsp nº 217.998/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 1ª Turma, j. 18.09.12, DJe 24.09.12 – grifou-se

extrajudicial para busca do reconhecimento da usucapião se dará *sem prejuízo da via jurisdicional*. 6. Nesta perspectiva, obstruir o acesso à via judicial com base na existência de procedimento extrajudicial, conforme dispõe o Enunciado nº 108 do Centro de Estudos e Debates do TJRJ, implicaria em diminuição à garantia constitucional da inafastabilidade da jurisdição, consagrado no art. 5º, XXXV da Carta Magna. 7. Error in procedendo. 8. Sentença anulada. 9. Recurso provido.”⁵⁵

* * *

“AÇÃO DECLARATÓRIA. SENTENÇA EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. APELAÇÃO PROVIDA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. A ausência de requerimento prévio ou esgotamento de via administrativa não impedem a parte de promover ação judicial. Aplicação do princípio da inafastabilidade da jurisdição, nos termos do artigo 5º, inciso XXXV da CF. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO.”⁵⁶

70. Assim, a possibilidade de revisão do 5º ADITIVO CONTRATUAL e das multas aplicadas pela SAEMJA, ainda que insiram-se dentre as prerrogativas da Administração Pública, não impedem a instauração da presente arbitragem, tampouco maculam a jurisdição do Tribunal Arbitral — sendo certo, repita-se *ad nauseam*, que os árbitros são juizes de fato e de direito na forma do art. 18 da Lei nº 9.307/96.

III. CORTINA DE FUMAÇA: JUSTIFICATIVAS INVERÍDICAS PARA A LEGALIDADE DO 5º ADITIVO CONTRATUAL

71. A fim de desviar a atenção quanto à falta de respaldo jurídico para a alteração unilateral ao CONTRATO DE CONCESSÃO, os REQUERIDOS sugerem dois fundamentos para o 5º ADITIVO CONTRATUAL: (i) a suposta anuência tácita da REQUERENTE; e (ii) a supremacia do interesse público.

⁵⁵ TJRJ – Apelação nº 0025790-86.2016.8.19.0206, Rel. Des. TERESA DE ANDRADE CASTRO NEVES, 6ª Câmara Cível, j. 04.04.18 – grifou-se.

⁵⁶ TJSP – Apelação nº 1003553-12.2021.8.26.0484, Rel. Des. ALEXANDRE DAVID Malfatti, 17ª Câmara de Direito Privado, j. 28.06.22 – grifou-se.

72. Quanto ao primeiro ponto, para sustentar um suposto comportamento contraditório da ÁGUAS DE JAHU, os REQUERIDOS mencionam as mesmas duas ações judiciais propostas pela REQUERENTE sobre as quais as ALEGAÇÕES INICIAIS já se debruçaram⁵⁷. A esse respeito, a REQUERENTE se reporta os itens 54/64 das suas ALEGAÇÕES INICIAIS, nos quais demonstrou inexistir *venire contra factum proprium* no presente caso, tampouco concordância implícita da ÁGUAS DE JAHU com a revogação da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.

73. Ademais, os REQUERIDOS não enfrentaram qualquer dos argumentos apresentados pela REQUERENTE acerca ilegalidade do 5º ADITIVO CONTRATUAL. Em suma, o MUNICÍPIO e a SAEMJA permanecem esbravejando que a CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA é contrária ao interesse público sem apresentar um fundamento para tanto.

74. O silêncio dos REQUERIDOS é não apenas contrangedor, como a demonstração cabal de que nem mesmo o MUNICÍPIO e a SAEMJA acreditam na justificativa para a elaboração do 5º ADITIVO CONTRATUAL.

III.A. INEXISTÊNCIA DE ANUÊNCIA TÁCITA DA ÁGUAS DE JAHU COM O 5º ADITIVO CONTRATUAL

75. Sem pudor algum, os REQUERIDOS alteram a verdade dos fatos, na desesperada tentativa de justificar a legalidade do 5º ADITIVO CONTRATUAL, cogitando de suposta anuência tácita da REQUERENTE – o que, evidentemente, jamais ocorreu, afinal tratou-se de revogação unilateral da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA, conforme admitem os próprios REQUERIDOS⁵⁸.

⁵⁷ ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §§54/64.

⁵⁸ “Em outros termos, o ente público modificou unilateralmente alterou a Cláusula 51, que constituía o procedimento arbitral como método de solução de conflito, bem como estabeleceu a cláusula 56, cujo texto determinou o Juízo de Jahu como competente para dirimir eventuais controvérsias.” (RESPOSTA dos REQUERIDOS, §2 – grifou-se)

“Isso posto, tendo em vista a anuência tácita da Requerente e em virtude de tratar-se de direito indisponível, não há que se falar em ilegalidade da revogação unilateral da cláusula compromissória.” (RESPOSTA dos REQUERIDOS, §13 – grifou-se)

“Assim, levando-se em conta os princípios norteadores do Direito Administrativo, a previsão legal de alteração unilateral e os diversos julgados citados, impõe-se reconhecer a validade da alteração unilateral por parte da Administração Pública e que não cabe ao Juízo Arbitral o julgamento da

76. Nas palavras dos REQUERIDOS, “a Requerente, usualmente, socorre-se do Judiciário para dirimir eventuais conflitos existentes com as Requeridas, sem observar o compromisso assumido de submeter eventual litígio ao Juízo arbitral”⁵⁹. Essa afirmação, porém, incorre em grave erro de fato.

77. Ao celebrar a CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA, a ÁGUAS DE JAHU se comprometeu a solucionar, perante o juízo arbitral, todas as disputas oriundas do CONTRATO DE CONCESSÃO – e não toda e qualquer disputa contra o MUNICÍPIO e/ou a SAEMJA.

78. Essa relevante distinção explica o motivo pelo qual a ÁGUAS DE JAHU propôs a ação pelo procedimento comum nº 1012194-89.2017.8.26.0302 perante o juízo estatal, conforme mencionado pelos REQUERIDOS⁶⁰.

79. De fato a SAEMJA figurou no polo passivo da referida ação. Contudo, isso, por si só, não é capaz de atrair a aplicação da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA do CONTRATO DE CONCESSÃO. Afinal, aquela lide dizia respeito a outro negócio jurídico, *anterior* ao CONTRATO DE CONCESSÃO, qual seja, o “Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Produção de Água Precedida de Construção de Obra Pública”, firmado em 1995, que não possuía cláusula compromissória⁶¹. Não bastasse isso, também foi réu na ação um terceiro, não signatário da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO *sub judice*, a Águas de Marandaguahy S.A.⁶².

80. A situação, como se nota, nem de longe se assemelha a uma anuência tácita da REQUERENTE. O contexto fático da referida ação foi o seguinte: no passado, a totalidade do fornecimento de água ao MUNICÍPIO era responsabilidade da SAEMJA. Por falta de

validade do ato administrativo que editou o Quinto Termo Aditivo.” (RESPOSTA dos REQUERIDOS, §28 – grifou-se)

“Não obstante, não se pode alegar eventual impacto no equilíbrio do contrato, uma vez que a Concessionária se socorreu do Poder Judiciário para dirimir conflitos relacionados ao Município de Jahu antes mesmo da alteração contratual unilateral.” (RESPOSTA dos REQUERIDOS, §48 – grifou-se)

⁵⁹ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §7.

⁶⁰ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §§6, 44/45.

⁶¹ Doc. A-14, pp. 166/181.

⁶² Doc. A-14, p. 2.

recursos, por meio da Lei Complementar Municipal nº 27/1995, foi autorizada a outorga de concessão de serviços públicos de exploração de estação de tratamento de água no MUNICÍPIO⁶³. Contudo, o art. 5º da referida lei estabeleceu que o valor da tarifa do serviço público não poderia exceder o correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor cobrado pela SABESP para o mesmo serviço.

81. Foi, então, realizado procedimento licitatório que originou o “Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Produção de Água Precedida de Construção de Obra Pública”, celebrado em 1995 com o Consórcio AMAFI/Multiservice⁶⁴. A partir de então, parte do fornecimento de água ao MUNICÍPIO seria entregue pela SAEMJA, e outra parte mediante concessão. Em 1998, a Águas de Marandaguahy S.A. sucedeu o Consórcio AMAFI/Multiservice na relação contratual⁶⁵.

82. Passados os anos, a tarifa passou a ser fixada acima do valor máximo permitido pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 27/1995, em especial pelos oitavo⁶⁶ e décimo⁶⁷ aditivos ao “Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Produção de Água Precedida de Construção de Obra Pública”.

83. Fato é que, em 2013, autorizou-se a delegação integral dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no MUNICÍPIO, por meio da Lei Complementar Municipal nº 452/2013⁶⁸. A referida lei foi seguida pela Concorrência Pública Nacional nº 05/2014, na qual a ÁGUAS DE JAHU se sagrou vencedora, originando o CONTRATO DE CONCESSÃO objeto da presente arbitragem, por meio do qual a REQUERENTE substituiu a SAEMJA, que passou a atuar apenas como entidade reguladora, nos termos da Lei Municipal Complementar nº 453/2013⁶⁹.

⁶³ Doc. A-14, pp. 76/77.

⁶⁴ Doc. A-14, pp. 166/181.

⁶⁵ Doc. A-14, pp. 205/206.

⁶⁶ Doc. A-14, pp. 219/220.

⁶⁷ Doc. A-14, pp. 221/229.

⁶⁸ Doc. A-14, pp. 242/243.

⁶⁹ Doc. A-14, pp. 189/204.

84. Como a ÁGUAS DE JAHU substituiu a SAEMJA, a REQUERENTE foi subrogada nos direitos e obrigações previstos no “Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Produção de Água Precedida de Construção de Obra Pública”. Por esse motivo, foi com base em outra relação contratual – e não naquela referente ao CONTRATO DE CONCESSÃO – que a ÁGUAS DE JAHU ajuizou ação judicial para discutir os valores tarifários estipulados acima do teto legal. Ademais, a Águas de Marandaguahy S.A. figurou no polo passivo a fim de que fosse condenada a restituir os valores pagos a maior pela REQUERENTE.

85. A sentença julgou improcedentes os pedidos autorais e improcedentes os pedidos reconventionais⁷⁰. No entanto, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento à apelação interposta pela ÁGUAS DE JAHU, reformando a sentença para dar provimento aos pedidos da ora REQUERENTE e julgar improcedente a reconvenção⁷¹. A Águas de Marandaguahy S.A. e o MUNICÍPIO interpuseram recursos especiais⁷² e recursos extraordinários⁷³, todos inadmitidos⁷⁴ e seguidos de agravos⁷⁵. O STJ conheceu do agravo da Águas de Marandaguahy S.A. para conhecer parcialmente do seu recurso especial e, na parte cohecida, negar-lhe provimento⁷⁶, e conheceu do agravo do MUNICÍPIO para deixar de conhecer do seu recurso especial⁷⁷.

86. Inobstante a vitória da ÁGUAS DE JAHU, fato é que *jamaís* foi arguida, por qualquer das partes, preliminar da existência de cláusula compromissória, tampouco foi esse tema objeto de qualquer decisão. Isso demonstra que a fundamentação ora deduzida pelos REQUERIDOS não passa de argumento de conveniência – além de uma censurável tentativa de obnubilar o debate.

⁷⁰ Doc. A-14, pp. 2.742/2.755.

⁷¹ Doc. A-14, pp. 3.329 /3.335.

⁷² Doc. A-14, pp. 3.796/3.863 e 3.893/3.917.

⁷³ Doc. A-14, pp. 3.707/3.764 e 3.919/3.933.

⁷⁴ Doc. A-14, pp. 4.621/4.627, 4.628/4.641, 5.073/5.074 e 5.075/5.077.

⁷⁵ Doc. A-14, pp. 4.715/4.801, 4.803/4.851. 5.080/5.101 e 5.103/5.115.

⁷⁶ Doc. A-24.

⁷⁷ Doc. A-25.

87. De toda sorte, resta claro que está equivocado o argumento dos REQUERIDOS segundo o qual “a matéria discutida no processo judicial deveria ter sido submetida à arbitragem, conforme estipulado contratualmente, e não ao Poder Judiciário”⁷⁸. O MUNICÍPIO e a SAEMJA distorcem o sentido e alcance de outra relação jurídica envolvendo a REQUERENTE.

88. Por outro lado, com relação ao mandado de segurança nº 1007559-89.2022.8.26.0302, a explicação sobre o ajuizamento da demanda perante o Poder Judiciário é ainda mais simples. A cláusula 56 do CONTRATO DE CONCESSÃO permite expressamente o ajuizamento de “medidas judiciais de urgência, como (...) mandados de segurança” perante o juízo estatal, na forma de competência residual⁷⁹.

89. Não há, portanto, também no plano do citado feito, qualquer margem de anuência tácita da REQUERENTE quanto à renúncia do juízo arbitral. Diga-se, ademais, que todas essas justificativas já foram previamente expostas nas ALEGAÇÕES INICIAIS pela REQUERENTE⁸⁰. No entanto, em sua RESPOSTA, os REQUERIDOS não foram capazes de contrapor qualquer delas.

90. Objetivamente, inexistiu comportamento contraditório da ÁGUAS DE JAHU, mas tão somente respeito às previsões do “Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Produção de Água Precedida de Construção de Obra Pública” e do CONTRATO DE CONCESSÃO.

III.B. IMPOSSIBILIDADE DE O INTERESSE PÚBLICO VIOLAR O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

91. Como se não fosse suficiente imputar falsos comportamentos à ÁGUAS DE JAHU, o MUNICÍPIO e a SAEMJA sequer tentaram responder aos argumentos apresentados pela REQUERENTE. Em sua RESPOSTA os REQUERIDOS se limitaram a repetir os mesmos fundamentos que já constam do Processo Administrativo nº 0300002580-PG/2023, o qual levou à ilícita revogação unilateral da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA — os quais já foram extensivamente rebatidos pela REQUERENTE.

⁷⁸ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §46.

⁷⁹ Doc. A-02.

⁸⁰ ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §§54/64.

92. Mais uma vez, para justificar a suposta legalidade do 5º ADITIVO CONTRATUAL, os REQUERIDOS mencionam que *“o inciso I do art. 58 da Lei Federal 8.666/93 dispõe que a Administração tem a prerrogativa de alterar unilateralmente os contratos administrativos, para melhor adequação às finalidades de interesse público”*⁸¹.

93. Todavia, não explicaram qual das hipóteses previstas no art. 65, I, da Lei nº 8.666/93 justificaria a aplicação do art. 58 da Lei nº 8.666/93. Conforme denunciou a REQUERENTE em suas ALEGAÇÕES INICIAIS, a possibilidade de alteração contratual unilateral pela Administração Pública se limita aos aspectos técnicos relacionados ao objeto do contrato. Aqueles atinentes à sua execução (como o método de resolução de disputas) dependem de bilateralidade⁸² – ausente na hipótese.

94. Os REQUERIDOS sugerem, ainda, que *“no Contrato de Concessão, a Cláusula 25, item 25.1, alínea “e”, permitiu ao Poder Concedente realizar mudanças unilaterais, desde que o equilíbrio econômico-financeiro seja mantido”*⁸³. Não responderam, porém, o argumento da REQUERENTE sobre a insegurança jurídica e o desequilíbrio dos custos de transação do CONTRATO DE CONCESSÃO gerados em razão da atuação unilateral do Poder Concedente⁸⁴.

95. Pior ainda: os REQUERIDOS cogitam que o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO DE CONCESSÃO, e os decorrentes prejuízos gerados à ÁGUAS DE JAHU, deveriam ser ignorados em prol do interesse público.

96. O argumento é risível, para dizer o mínimo, pois o suposto dano ao interesse público se baseia nos “estudos” realizados no âmbito do Processo Administrativo nº 0300002580-PG/2023, os quais se resumem a anexação aos autos das tabelas de custas da Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada - CAMES⁸⁵, da Câmara de

⁸¹ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §16.

⁸² ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §§69/75.

⁸³ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §23.

⁸⁴ ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §§76/81.

⁸⁵ Doc. A-13, pp. 6/11.

Arbitragem e Mediação de São Paulo - CARMESP⁸⁶ e da CMA CIESP/FIESP⁸⁷. Os regulamentos das duas primeiras instituições sequer são aplicáveis à resolução de disputas oriundas do CONTRATO DE CONCESSÃO. E mesmo em se tratando da CMA CIESP/FIESP, as custas não estão acima da média do mercado.

97. Francamente, a conduta dos REQUERIDOS – consistente em comparar 3 (três) tabelas de custas de câmaras de arbitragens aleatórias e chamar tal comparação de “estudo” para fundamentar violação à letra da lei com base no interesse público – é a evidência mais clara da nulidade do 5º ADITIVO CONTRATUAL, pois atestam o vício de motivo e o desvio de finalidade do ato impugnado nesta arbitragem.

98. Os REQUERIDOS sequer se envergonham de afirmar que o 5º ADITIVO CONTRATUAL seria decorrente de necessidade de *“ajustar as condições de um contrato às novas exigências decorrentes da defesa do interesse público”*⁸⁸.

99. Não se sabe que “novas exigências” seriam essas. Mas está evidente que foi essa a maneira de os REQUERIDOS “explicarem” a revogação da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA para atender aos gestores de ocasião. Afinal, entre a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, em 2014, e o início do Processo Administrativo nº 0300002580-PG/2023, em 2023, houve relevantes mudanças na estrutura do MUNICÍPIO, bem como na diretoria da SAEMJA.

100. Ocorre que o princípio da impessoalidade veda atos administrativos fundamentados somente em vontades pessoais de agentes públicos, especialmente aqueles realizados sob o véu do interesse público. Tal princípio não é um trunfo absoluto, estando sempre limitado pelo princípio da legalidade. Nesse sentido, confira-se:

“Estando o Estado adstrito ao interesse público, daí segue que o princípio imediata-mente ligado à sua supremacia seja o da obediência, por seus agentes, da expressão da vontade geral que, em sentido amplo, é a lei — trata-se do princípio da legalidade. Por outro lado, consagrada à

⁸⁶ Doc. A-13, pp. 15/18.

⁸⁷ Doc. A-13, pp. 11/14.

⁸⁸ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §22.

realização do interesse público, não há lugar, na Administração, para a preponderância de interesses pessoais de seus agentes, o que dá uma conotação diferente de 'legalidade', quando comparada com o mesmo princípio em relação aos particulares, inscrito no art. 5º, II, da Constituição Federal.”⁸⁹

101. Além disso, o conceito estático de supremacia do interesse público não condiz com os direitos fundamentais assegurados no art. 5º da Constituição Federal nem com o dever de proporcionalidade imposto pelos arts. 20 e 21 da LINDB. Dito de outro modo, a tutela do interesse público pressupõe o respeito aos direitos dos particulares⁹⁰ e um agir estatal com conformidade entre meios e fins⁹¹ – o que, seguramente, não se vislumbra no comportamento dos REQUERIDOS.

102. Ou seja, ilações frágeis e meras conjecturas baseadas no interesse público não podem violar os direitos da REQUERENTE ou o princípio da legalidade. Além disso, são **taxativas** as hipóteses legais que autorizam a alteração unilateral de contratos pela Administração Pública. É o art. 65, I, da Lei nº 8.666/93 que delimita tais situações, não podendo os REQUERIDOS estender tais hipóteses quando lhes convier, ao seu mero talante, para suprimir direitos da ÁGUAS DE JAHU.

103. Por fim, de modo a coroar a sua plêiade de argumentos teratológicos, os REQUERIDOS defedem a aplicação do art. 58 da Lei nº 8.666/93 de forma equivocada mediante julgados do STJ que não guardam qualquer relação com o presente caso⁹².

104. O RMS nº 51.563/RJ tem na origem uma *“controvérsia acerca da existência de direito líquido e certo da impetrante, servidora pública em estágio probatório, a ter deferido pedido de afastamento, sem ônus para a administração, para capacitação no exterior”*⁹³. O REsp nº 1.874.632/AL, por sua vez, trata de *“embargos de terceiro,*

⁸⁹ EDMIR NETTO DE ARAÚJO. Curso de Direito Administrativo, Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 8ª ed., 2018, p. 79 – grifou-se.

⁹⁰ HUMBERTO ÁVILA, Repensando o Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular. *In Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio da Supremacia do Interesse Público*, Org. Daniel Sarmento, Rio de Janeiro, 2005, Lumen Juris, p. 215.

⁹¹ GUSTAVO BINENBOJM, Uma Teoria do Direito Administrativo: Direitos Fundamentais, Democracia e Constitucionalização, 3ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2014, p. 126.

⁹² RESPOSTA dos REQUERIDOS, §20.

⁹³ STJ – RMS nº 51.563/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, 2ª Turma, j. 14.03.17, DJe 20.03.17 – grifou-se.

*opostos pelos ora recorrentes, por meio do qual pretendem a manutenção na posse do imóvel público objeto da lide, ao argumento de ocorrência de usucapião*⁹⁴.

105. Embora ambos os casos tratem, de alguma maneira, do princípio da supremacia do interesse público, não está claro qual seria a *ratio decidendi* a ser aplicada *in casu*. Portanto, tratam-se de citações inócuas, irrelevantes e imprestáveis para qualquer finalidade decisória nesse procedimento arbitral.

106. Por fim, não bastasse a falta de lógica da argumentação dos REQUERIDOS, o MUNICÍPIO e a SAEMJA também mencionam – não se sabe com qual finalidade – que “o Superior Tribunal de Justiça já declarou a nulidade de uma cláusula arbitral incluída sem observar o § 2º do art. 4º da Lei de Arbitragem”, indicando, para tanto, a ementa do julgamento do REsp nº 1.602.076/SP.

107. Ocorre que, no julgado suscitado, “*cinge-se a controvérsia a definir a validade de compromisso arbitral firmado no bojo do contrato de franquia celebrado entre os litigantes*”⁹⁵. Lá, discutiu-se a aplicabilidade, aos contratos de franquia, do art. 4º, §2º, da Lei nº 9.307/96, que trata de cláusulas compromissórias em contratos de adesão. O tema não guarda qualquer pertinência com a disputa sob exame, o que dispensa maiores digressões.

IV. AUSÊNCIA DE IMPUTAÇÃO DE MÁ-FÉ AOS REQUERIDOS PELA REQUERENTE

108. Estranhamente, os REQUERIDOS dedicaram um capítulo de sua RESPOSTA para se defenderem de uma (inexistente) acusação de má-fé, jamais foi feita pela REQUERENTE.

109. Segundo o MUNICÍPIO e a SAEMJA, a “*Requerente argumentou que o Município de Jahu agiu dotado de má-fé ao contestar judicialmente a vigência da cláusula compromissória e da arbitragem*”⁹⁶.

⁹⁴ STJ – REsp nº 1.874.632/AL, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, 2ª Turma, j. 14.03.17, DJe 20.03.17 – grifou-se.

⁹⁵ STJ – REsp nº 1.602.076/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ª Turma, j. 15.09.16, DJe 30.09.16 – grifou-se.

⁹⁶ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §51.

110. Na realidade, a ÁGUAS DE JAHU mencionou “má-fé” uma única vez nas ALEGAÇÕES INICIAIS, a fim de criticar a alegação dos REQUERIDOS de que não seria função do juízo arbitral julgar a extensão da supremacia do Poder Executivo municipal. Para tanto, a REQUERENTE afirmou apenas o seguinte: “*O argumento flerta com a má-fé*”⁹⁷.

111. A REQUERENTE não apresentou, por ora, qualquer pedido ou causa de pedir relacionada a má-fé, de modo que não sabe porque os REQUERIDOS se defenderam, ao longo de oito parágrafos, de uma acusação inexistente⁹⁸. Seja como for, a ÁGUAS DE JAHU reitera que os fundamentos dos REQUERIDOS, desde a origem desse procedimento, e também em sua RESPOSTA, são claudicantes e despedidos de seriedade fática e jurídica.

V. PEDIDO CONTRAPOSTO EXTEMPORÂNEO

V.A. PEDIDO CONTRAPOSTO FORA DA JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL

112. Por fim, como é do conhecimento dos REQUERIDOS, as Partes acordaram, após negociarem as cláusulas do Termo de Arbitragem, que a demanda seria estabilizada por ocasião da respectiva assinatura⁹⁹. Por isso, estipulou-se que as Partes estariam autorizadas a desenvolver e fundamentar as alegações que haviam sido “*resumidamente expostas*”¹⁰⁰ no Termo de Arbitragem em suas manifestações posteriores, “*não sendo possível sua alteração após a assinatura deste instrumento*”¹⁰¹.

113. Ou seja, as Partes poderiam melhor detalhar e desenvolver as suas causas de pedir e pedidos em suas manifestações, **mas, em nenhuma hipótese, poderiam incluir novos pedidos**. Esta, aliás, é a praxe na arbitragem, como ensina a doutrina especializada:

“No mais das vezes, é com o termo de arbitragem que ocorre a estabilização da demanda. De forma análoga ao que ocorre no regime do CPC, em que a estabilização da demanda obedece às regras dos

⁹⁷ ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §28.

⁹⁸ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §§51/58.

⁹⁹ Termo de Arbitragem, item 5.2.

¹⁰⁰ Termo de Arbitragem, item 5.1.

¹⁰¹ Termo de Arbitragem, item 5.2 – grifou-se.

incisos I e II do art. 329 – as quais estabelecem em quais situações é permitido à parte alterar o pedido ou modificar a causa de pedir –, na arbitragem, referida estabilização se dá, via de regra, com a assinatura do termo de arbitragem como momento em que as partes devem fixar a sua pretensão (p. ex. art. 4.18, “h” do CAM-CCBC). Poderão, posteriormente, nas alegações iniciais ou no pedido contraposto, detalhar os seus pedidos. Mas eles já deverão ter sido declinados no termo de arbitragem.”¹⁰²

114. Tal vedação tem a função de conferir ao procedimento a segurança jurídica que dele se espera, sendo análoga às regras previstas no Código de Processo Civil de que o juiz deve decidir nos limites da petição inicial (arts. 141 e 492)¹⁰³ e que o autor está impedido de alterar os pedidos após a citação do réu (art. 329)¹⁰⁴.

115. No caso específico, os REQUERIDOS não apresentaram qualquer irresignação à inserção, no Termo de Arbitragem, de vedação à inclusão de novos pedidos após a sua assinatura. Ainda – como o Tribunal Arbitral há de se lembrar –, após a Audiência de 20.09.2024 (para assinatura do Termo), foi concedida oportunidade para que as Partes verificassem se seus pedidos estavam devidamente delimitados e expressos no Termo de Arbitragem, já que a demanda seria estabilizada naquele momento¹⁰⁵.

116. Para tanto, a versão final do Termo de Arbitragem, conforme ajustes implementados durante a Audiência, foi encaminhada às Partes em 26.09.2024 pela Secretaria para aprovação até o dia 27.09.2024, às 15h. Mesmo nessa ocasião nada foi feito ou ressalvado pelos REQUERIDOS, os quais pretendem agora – de forma extemporânea e ilícita – inovar em suas pretensões.

¹⁰² GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA. Procedimento I. In: Curso de Arbitragem, Daniel Levy; Guilherme Setoguti J. Pereira (coords.). São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 193 – grifou-se.

¹⁰³ “O autor fixa os limites da lide e da causa de pedir na petição inicial, cabendo ao juiz decidir de acordo com esse limite” (NELSON NERY JUNIOR. Código de Processo Civil Comentado, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, 17ª ed., p. 1.331 – grifou-se)

* * *

“A petição inicial é um projeto de sentença, de modo que é a postulação nela contida, formada pela conjugação da causa de pedir com o pedido do autor, que delimita o espaço dentro do qual o juiz pode se movimentar para prestar a tutela jurisdicional”. (EDUARDO ARRUDA ALVIM *et al.* Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 219 – grifou-se)

¹⁰⁴ “(...) o art. 329 refere que o autor poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir: I – até a citação, independentemente do consentimento do réu; II – até o saneamento do processo, com o consentimento do réu, assegurado o contraditório (...)” (LUIZ GUILHERME MARINONI. Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 294 ao 333. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 456 – grifou-se)

¹⁰⁵ Comunicação nº 24 da SECRETARIA DA CMA CIESP/FIESP.

117. Fato é que, ao ler a RESPOSTA dos REQUERIDOS, a ÁGUAS DE JAHU tomou ciência de que o MUNICÍPIO e a SAEMJA incluíram pedido novo (item 68). Embora seja difícil compreender o que seria tal pleito, ao que parece os REQUERIDOS questionam a “eficiência” da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA no âmbito do CONTRATO DE CONCESSÃO, ou controvertem sua eficácia à luz do interesse público.

118. Ocorre que mesmo numa leitura ampliativa e extensiva da seção de “Pretensões dos REQUERIDOS” constantes do Termo de Arbitragem¹⁰⁶, o pedido para que o Tribunal Arbitral “*analise a eficácia da cláusula [compromissória] e sua pertinência na continuidade do Contrato de Concessão*”¹⁰⁷ não dá respaldo às novas causas de pedir e pedidos insertos na RESPOSTA.

119. Com o devido acatamento, não pode se admitir que os REQUERIDOS – por via oblíqua – tornem sem efeito o que foi recém pactuado Termo de Arbitragem, e tragam pretensão inédita, não articulada anteriormente, que não tem mero caráter dúplice com relação aos pedidos da REQUERENTE. Nesse ponto cabe frisar que caso o Tribunal Arbitral venha a decidir sobre tal pedido novo, incorrerá em julgamento *extra petita* — em extrapolação da lide que lhe fora submetida — e essa parte da sentença estará sujeita a anulação (art. 32, IV, da Lei nº 9307/96).

120. Veja-se, ainda, que a inclusão extemporânea de pedido novo gera graves prejuízos à defesa da REQUERENTE. Soubesse ela, na época da assinatura do Termo de Arbitragem, que os REQUERIDOS apresentariam tal pretensão, a ÁGUAS DE JAHU poderia ter sugerido que tal pleito fosse analisado em outra etapa do procedimento, ou articulado suas alegações de forma distinta.

121. Além disso, houvesse sido acordado que o pleito contraposto dos REQUERIDOS seria analisado desde a PRIMEIRA FASE DA ARBITRAGEM, a REQUERENTE teria abordado detalhadamente a pertinência da continuidade da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA no CONTRATO DE CONCESSÃO desde as suas ALEGAÇÕES INICIAIS e poderia, também em RÉPLICA, fazê-lo.

¹⁰⁶ Termo de Arbitragem, item 5.5 – grifou-se.

¹⁰⁷ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §64.

122. Como se sabe, um dos valores caros à arbitragem é justamente a previsibilidade e transparência do procedimento, assegurando-se a paridade de armas e o devido processo legal. As Partes têm o direito a saber, na largada, o objeto da controvérsia para que possam elaborar as suas alegações e defesas com isonomia e em igualdade de condições, antes de terem que declinar as suas razões de defesa quanto ao mérito. Essa foi precisamente uma das vantagens da existência da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA no CONTRATO DE CONCESSÃO que impactou a precificação da proposta da REQUERENTE durante a licitação¹⁰⁸.

123. No caso, tal paridade foi totalmente comprometida pela conduta dos REQUERIDOS os quais, após a celebração do Termo de Arbitragem e a estabilização da demanda, inseriram pedido extemporâneo, ampliando o escopo dessa demanda ao seu mero alvedrio — o que, juridicamente, é um absurdo.

124. Assim, de modo a observar os limites da convenção arbitral, bem como o direito ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal, a REQUERENTE confia em que o Tribunal Arbitral não conhecerá do pedido apresentado no item 68 da RESPOSTA dos REQUERIDOS, julgando a arbitragem extinta, sem resolução do mérito, quanto a ele.

V.B. PEDIDO CONTRAPOSTO VAGO, NEBULOSO E IMPRECISO

125. Por absurdo, caso superada a preliminar de ausência de jurisdição do Tribunal Arbitral para julgar a reconvenção (*quod non!*), deve-se destacar a inépcia do pedido contraposto formulado pelos REQUERIDOS.

126. O pedido deve ser sempre certo e determinado para que o réu possa se defender com a amplitude que lhe garante o art. 5º, LV, da Constituição Federal. No caso, porém, a REQUERENTE está impedida de conhecer a exata extensão do pedido contra ela deduzido, dada sua imprecisão, e não poderá defender-se adequadamente. Com efeito, pedidos vagos, esquivos e nebulosos violam, a um só tempo, as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como devido processo legal.

¹⁰⁸ ALEGAÇÕES INICIAIS da REQUERENTE, §§47/51.

127. Ademais, exige-se que todo pedido contenha uma causa de pedir clara e determinada. Nesse sentido, a doutrina é pacífica ao orientar acerca da necessária extinção do feito quando os fatos concatenados não se harmonizam com a sua conclusão:

“Pelo aspecto jurídico-material, é indispensável que toda argumentação lógico-jurídica se desenvolva a partir de uma premissa maior e saiba chegar às conclusões propostas mediante a afirmação de peculiaridades concretas compatíveis com ela. A incompatibilidade entre as premissas gerais e a conclusão proposta gera o que os antigos chamavam incongruência e, no direito vigente, determina a inépcia da inicial (‘quando da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão’: CPC, art. 295, par., inc. II).”¹⁰⁹

128. No caso específico, o pedido contraposto delineado pelos REQUERIDOS é inepto, na medida em que viola ambas as regras acima narradas.

129. Com efeito, os REQUERIDOS pedem que o Tribunal Arbitral “*proceda à análise da validade e eficácia da manutenção da cláusula no contrato, considerando as circunstâncias do caso concreto*”¹¹⁰.

130. Objetivamente, o pedido, por si só, não guarda sentido algum.

131. **Primeiro**, porque a validade da remoção da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA (via o 5º ADITIVO CONTRATUAL) já será analisada pelo Tribunal Arbitral, a *contrario sensu*, quando decidir o pedido da REQUERENTE de declaração de invalidade do aditivo. Ou seja, o resultado prático almejado pelo pedido reconvencional é consequência natural da eventual e remota improcedência do pedido principal. Falta, portanto, interesse de agir aos REQUERIDOS.

132. Como ensina o saudoso Professor JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA quanto ao interesse processual da parte reconvinte, “*este requisito falta sempre que a matéria possa ser alegada, com idêntico efeito prático, em contestação*” (por exemplo: não se

¹⁰⁹ CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO. Fundamentos do Processo Civil Moderno. São Paulo: Malheiros, 2000, 3ª ed., p. 933 – grifou-se.

¹¹⁰ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §68.

*pode reconvir para pedir simplesmente a declaração da inexistência do mesmo direito postulado na ação originária)*¹¹¹.

133. **Segundo**, a eficácia da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA só poderia ser maculada por um dos fatores aptos a atingir tal plano do negócio jurídico, tais como condição, termo e encargo. Nada disso foi tratado pelos REQUERIDOS — os quais, ao que parece, misturam conceitos e institutos (existência, validade e eficácia), tornando ainda mais confusa a compreensão sobre o que, de fato, é objeto de sua pretensão.

134. **Terceiro**, para embasar o seu pedido contraposto, os REQUERIDOS narram como causa de pedir, ao longo dos itens 59 a 65 da RESPOSTA, três circunstâncias. A principal delas é o fato de que *“As fiscalizações realizadas pela SAEMJA, que identificaram a necessidade de autuação da Concessionária, evidenciaram um cenário desfavorável à eficácia da cláusula arbitral. As multas aplicadas possuem valores insignificantes em comparação com os custos que seriam enfrentados em um juízo arbitral.”*¹¹²

135. Contudo, o MUNICÍPIO e a SAEMJA não explicam como a *aplicação* das multas estaria relacionada a uma disputa arbitral. Talvez se trate de confusão derivada, novamente, da incompreensão dos REQUERIDOS acerca do pedido formulado pela REQUERENTE no item 5.4.9.b do Termo de Arbitragem, o qual visa à rediscussão das multas já aplicadas – e não ao impedimento de aplicação de multas (cf. itens 37/48, acima).

136. Fato é que a SAEMJA não depende do juízo arbitral para aplicar multas ou outras sanções contratuais. Assim como a ÁGUAS DE JAHU não está vinculada a submeter apenas ao Poder Judiciário as divergências decorrentes de multas ilicitamente aplicados (dado que o 5º ADITIVO CONTRATUAL é nulo, nos termos postulados nesse procedimento e a ser decidido na PRIMEIRA FASE DA ARBITRAGEM).

137. De toda forma, disputas arbitrais relativas ao CONTRATO DE CONCESSÃO podem surgir não apenas em razão das multas previstas pela cláusula 37.5.c, equivalentes a

¹¹¹ Novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997, 19ª ed., p. 45.

¹¹² RESPOSTA dos REQUERIDOS, §60.

percentuais baixos da arrecação mensal, conforme mencionado pelos REQUERIDOS¹¹³. Uma arbitragem também poderia ser iniciada a fim de se cobrar a multa prevista na cláusula 51.3.c para a parte que recorre ao Judiciário a despeito da existência da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA (equivalente a 5% da arrecação anual da concessionária), ou, ainda, para que seja realizada uma revisão tarifária, ou para que se discuta a extinção da concessão, entre outros temas cujos valores poderiam se aproximar do valor global do contrato, de R\$ 163.730.000,00 (cento e sessenta e três milhões e setecentos e trinta mil reais).

138. Os REQUERIDOS também embasam seu pedido contraposto afirmando que *“identificaram a necessidade de revisão da cláusula arbitral, uma vez que esta não atende, atualmente, aos princípios da supremacia do interesse público para conduzir a um reequilíbrio do contrato”*¹¹⁴.

139. Com o devido respeito, a REQUERENTE sequer saberia se defender dessa afirmação diante de tamanha generalidade. A aplicação dos princípios – como o do interesse público – depende de uma análise casuística detalhada, uma vez que, diferentemente das regras (deveres definitivos aplicados de forma mais simples por subsunção), os princípios são normas realizáveis em diferentes graus, na maior medida possível de sua otimização, de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas¹¹⁵.

140. Uma mera menção genérica aos princípios aplicáveis à Administração Pública, por certo, não fornece elementos suficientes para a análise de um pedido. Cabe aqui citar, mais uma vez, o disposto nos arts. 20 e 21 da LINDB, os quais proíbem que a Administração Pública faça justamente aquilo que os REQUERIDOS, às escâncaras, confessa, ter realizado: a supressão de direito com bases em cláusulas abertas e conceitos jurídicos indeterminados, sem observar suas consequências.

¹¹³ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §61.

¹¹⁴ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §63.

¹¹⁵ “Princípios são mandamentos de otimização. Eles exigem que algo seja realizado na maior medida possível relativamente às possibilidades fáticas e jurídicas. Sua forma de aplicação é a ponderação. Regras são, ao contrário, normas que obrigam, proíbem ou permitem algo definitivamente. Nesse sentido, elas são mandamentos definitivos. Sua forma de aplicação é a subsunção.” (ROBERT ALEXY. Principais Elementos de uma Teoria da Dupla Natureza do Direito (Tradução de Fernando Leal), Revista de Direito Administrativo, v. 253, 2010, p. 25)

141. Como se não bastasse isso, em uma última causa de pedir do seu inédito pedido contraposto, os REQUERIDOS fazem uma crítica à ausência de *“demonstração fática, documental ou cálculo aritmético que indicasse a alteração de sua proposta comercial [da REQUERENTE] em razão da modificação prevista no Quinto Termo Aditivo”*¹¹⁶.

142. Não deixa de ser irônico, porém, que essa mesma **crítica foi feita aos REQUERIDOS** pela Presidência da CÂMARA CMA CIEP/FIESP quando rejeitou sua impugnação ao valor da causa:

“(…) 2. A Requerente, na inicial, estimou o valor da causa em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), levando em consideração os dois pedidos que formulou: I) – “a declaração de nulidade do 5º aditivo do contrato de concessão; II) – a declaração de ilegalidade e inexistência de multas aplicadas”.

3. Os Requeridos pretendem que se leve em consideração apenas o valor das multas aplicáveis. Mas não demonstrou o excesso do valor estimado pela Requerente para seu primeiro pedido.

4. Sendo assim, mantenho o valor integral da causa em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). (...)” (grifou-se)¹¹⁷

143. Ou seja: carece o pedido, tal como formulado, de causa de pedir lógica e precisa. Ademais, tem-se que o pedido é genérico, pois pede, em essência, que o Tribunal Arbitral analise a validade e eficácia da manutenção da CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA NO CONTRATO DE CONCESSÃO com base em elementos genéricos e sem correlação com qualquer circunstância fática do caso concreto.

144. Demonstrada, pois, a inépcia do pedido contraposto, este não deve ser conhecido pelo Tribunal Arbitral, confiando a REQUERENTE no julgamento de extinção, sem resolução de mérito, em relação a tal pedido, ou subsidiariamente, na sua improcedência.

VI. CONCLUSÃO

145. Por essas razões, reportando-se aos termos de suas ALEGAÇÕES INICIAIS, reiterando que esta RÉPLICA versa apenas sobre a PRIMEIRA FASE DA ARBITRAGEM (cf. itens 5.4.9.a e

¹¹⁶ RESPOSTA dos REQUERIDOS, §62.

¹¹⁷ Decisão da Presidência da CÂMARA CMA CIEP/FIESP datada de 29.10.2024.

11.2.1 do Termo de Arbitragem), e reservando-se o direito de detalhar as demais pretensões e pedidos no momento oportuno da SEGUNDA FASE DA ARBITRAGEM (cf. itens 5.4.9.b, 5.4.9.c e 11.2.2 do Termo de Arbitragem), a REQUERENTE confia em que esse Tribunal Arbitral reconhecerá sua competência para analisar a validade do 5º ADITIVO CONTRATUAL e declarará a nulidade do 5º ADITIVO CONTRATUAL, com todos os seus consectários.

146. Ademais, confia a REQUERENTE em que o Tribunal Arbitral deixará de conhecer o pedido contraposto deduzido pelos REQUERIDOS no item 68 da RESPOSTA, julgando a arbitragem extinta quanto a tal pretensão, sem resolução de mérito ou, caso assim não se entenda, o julgará improcedente.

Submetida em 31 de janeiro de 2025.

FERRO, CASTRO NEVES, DALTRO & GOMIDE ADVOGADOS

Pedro Ivo Bobsin

Leonardo Marins

André Silva Seabra

Diana Lise Freitas

Documentos da REQUERENTE	
Alegações Iniciais	
Doc. A-01	5º ADITIVO CONTRATUAL ao CONTRATO DE CONCESSÃO
Doc. A-02	CONTRATO DE CONCESSÃO e Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Termos Aditivos
Doc. A-03	Edital de Licitação nº 07/2014 da Concorrência Pública Nacional nº 05/2014
Doc. A-04	Petição Inicial da AÇÃO DECLARATÓRIA
Doc. A-05	Decisão do Juízo da 1ª Vara Cível do Foro de Jaú que indeferiu a tutela de urgência requerida na AÇÃO DECLARATÓRIA
Doc. A-06	Razões do AGRAVO DE INSTRUMENTO
Doc. A-07	Acórdão proferido pela e. 10ª Câmara de Direito Privado do e. TJSP no julgamento do AGRAVO DE INSTRUMENTO
Doc. A-08	Recurso especial interposto pelos REQUERIDOS
Doc. A-09	Decisão de inadmissão do recurso especial interposto pelos REQUERIDOS
Doc. A-10	Certidão de trânsito em julgado da decisão de inadmissão do recurso especial interposto pelos REQUERIDOS
Doc. A-11	Sentença da AÇÃO DECLARATÓRIA
Doc. A-12	Apelação interposta pelos REQUERIDOS contra a sentença da AÇÃO DECLARATÓRIA
Doc. A-13	Processo Administrativo nº 0300002580-PG/2023
Doc. A-14	Íntegra dos autos do processo nº 1012194-89.2017.8.26.0302
Doc. A-15	Íntegra dos autos do mandado de segurança nº 1007559-89.2022.8.26.0302
Réplica	
Doc. A-16	Auto de Infração nº 001/2023
Doc. A-17	Auto de Infração nº 002/2023
Doc. A-18	Auto de Infração nº 005/2023
Doc. A-19	Auto de Infração nº 006/2023
Doc. A-20	Acórdão da Apelação nº 1016607-87.2015.8.26.0053
Doc. A-21	Acórdão do Agravo de Instrumento nº 2215845-35.2015.8.26.0000
Doc. A-22	Decisão do processo nº 1029194-44.2015.8.26.0053 que determinou a remessa dos autos ao tribunal arbitral
Doc. A-23	Lei Municipal nº 5.496/2023
Doc. A-24	Acórdão do agravo da Águas de Mandaguahy S.A. nos autos do Agravo em Recurso Especial nº 2377844/SP
Doc. A-25	Acórdão do agravo do MUNICÍPIO nos autos do Agravo em Recurso Especial nº 2377844/SP